

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



VASCONCELOS, MICHAËLIS, Carolina Wilhelm (Berlim, 1851 – Porto, 1925)

Gustavo Michaëlis, professor de Matemática do ensino liceal interessou-se pela germanística e especialidades de taquigrafia (Sistema Stolze), ortografia e fonética, e nessa condição ingressou no corpo docente da Universidade de Berlim no ano de 1851, o mesmo do nascimento da filha Karoline Wilhelma (*D. Carolina de Vasconcelos...*, 1958, p.10). Por morte ou divórcio, sabe-se que cedo a esposa, Henriette Louise Lobeck, deixou a educação dos quatro filhos aos cuidados do pai, com quem as meninas Henriette e Karoline tomaram os primeiros contactos com as línguas românicas (Castelhano, Francês, Português). A primeira veio a seguir as suas pisadas na lexicografia, com a composição para a Casa Brokhaus de vários tomos do *Dicionário Michaëlis*. A segunda tornou-se filóloga por meio autodidata. Dos 7 aos 16 anos, Karoline frequentou a *Luisenschule*, eminente escola feminina berlinense dirigida pelo filólogo Eduard Maetzner. Nesta instituição, travou pelo menos duas amizades para a vida: a colega Helene Lange, com quem veio a colaborar em obras de divulgação e intervenção do feminismo e, a partir dos catorze anos de idade, Carl Goldbeck, professor que se tornou o seu guia nos estudos, e mais tarde pai de Eduard Goldbeck, radicado no Porto e visita da casa. Cresceu no convívio habitual de vultos como o contista Jakob Grimm, o geógrafo e naturalista Alexander von Humboldt ou o escritor Varnhagen von Ense. Desde 1867, prosseguiu de *motu* próprio a aprendizagem de línguas e literaturas românicas, aventurou-se no sânscrito e nas línguas e literaturas eslavas e semíticas) e manifestou interesse crescente pelas línguas peninsulares, em particular Português, Castelhano e Catalão. Procurou frequentar estudos arabistas na Universidade de Berlim como aluna visitante, mas o pedido foi indeferido e Wetzstein surgiu como seu professor particular, possivelmente por via das relações pessoais e académicas com Gustav Michaëlis (*Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, 1985; *Escritoras de Portugal*, vol.II, 1924, p.395

A Casa Brokhaus de Leipzig contratou-a aos dezasseis anos de idade como revisora de Espanhol e Português. Preparou uma edição escolar de *Der Cid*, de Herder, com estudo crítico de Julian Schmidt, dada à estampa em 1868. Mais tarde, em 1872, tornou-se tradutora e intérprete juramentada em assuntos peninsulares, civis, criminais e políticos do Município de Berlim e do Ministério de Negócios Estrangeiros da Prússia, sob influência do pai, então director dos serviços taquigráficos do Parlamento. Também por volta dos dezasseis anos iniciou a publicação em revistas da especialidade românica e foi no exercício habitual de troca de críticas que, em 1872, se viu envolvida pela primeira vez – ainda que como espectadora – numa polémica literária. Trata-se do episódio romântico que lhe conferiu a nacionalidade portuguesa no enlace com o historiador de arte Joaquim de Vasconcelos, pelo que a circunstância merece ser resumida em



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

algumas linhas. Leitora e colaboradora da *Bibliografia Crítica de História e Literatura*, revista portuguesa dirigida pelo germanófilo Adolfo Coelho, seguiu de Berlim a controvérsia gerada em torno do *Fausto* de Goethe que António Feliciano de Castilho “trasladou” a português, apesar do confesso desconhecimento do original. Teófilo Braga, Joaquim de Vasconcelos e outros literatos entraram em pleito acirrado com Castilho, mas sobretudo com os seus defensores, entre os quais desponta o ilustrado editor da obra, José Gomes Monteiro, também autor de *Os críticos do Fausto do Sr. Visconde de Castilho* (1873). Vasconcelos despendera parte da sua vida na Alemanha e, como tal, revelou-se não só o mais intrépido como o mais informado dos combatentes, investindo na tradução de alguns trechos. Atenta, a filóloga incluiu este assunto nas novidades ibéricas das ‘Neues aus Spanien und Portugal’, que publicava então no semanário berlinense *Magazin für die Literatur Auslande* (1873), ao mesmo tempo que mantinha correspondência com os portugueses, especialmente acesa com Vasconcelos. A animada troca de cartas entre este jovem português germanófilo e a romanista alemã é hoje invocada com caracteres romanescos, apesar de desaparecidos os documentos. O episódio do casamento realizado em Berlim, em 1876, aumentou esta aura. O noivo teria sido obrigado a abandonar o comboio retido pela guerra civil e a atravessar os Pirenéus a cavalo. Uma longa viagem por Itália, Áustria, Suíça, Dinamarca, França, Espanha terminou com a estabilização do casal na cidade do Porto e não se conhecem detalhes de outras viagens, contudo prováveis. Em 1911, com a criação do Curso Superior de Letras e a nomeação de um corpo docente de raiz, C. M. de V. foi convidada a ocupar as cadeiras de Filologia Germânica e Portuguesa. Aceitou, mas desde logo demandou transferência para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, alegando a distância que separava a capital da sua residência. Deste modo, tornou-se a primeira mulher a exercer um cargo de professora universitária com uma cátedra em Filologia Românica. As *Lições de Filologia Portuguesa* (1946) são o testemunho de algumas das suas aulas, embora também leccionasse Língua e Literatura Alemãs. A idade avançada foi menos o pretexto para pedir dispensa do que os múltiplos trabalhos em que se achava embrenhada, mas finalmente estava ainda no exercício docente quando foi colhida pela morte, de tal modo que se conhece pelo menos o testemunho de uma aluna (“À S.^a D.^a Carolina Michaëlis de Vasconcelos”, *Dra. Carolina Michaëlis de Vasconcelos...*, 1926, pp.9-10). A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra incorporou parte do espólio da antiga professora, pelo que além de manuscritos se podem consultar livros anotados por seu punho. Além desta ocupação profissional que lhe tomou a última década e meia de vida, manteve-se ligada a publicações europeias especializadas. A sua estreia editorial ocorreu em 1867, ao tornar público um pequeno estudo crítico sobre a obra do romanista italiano Adolfo Mussafia no *Archiv fuer das Studium der neueren Sprachen und Literaturen*, revista vienense em que publicou com assiduidade por mais de uma década. A *Zeitschrift für romanische Philologie*, dirigida desde a fundação em 1877 por Gustav Gröber, é outro título que acompanha a sua bibliografia até 1905, e onde ocorreu a sua revelação como camonista. Por não continuar esta notícia bibliográfica do seu intenso labor como articulista, apenas se indica que o seu nome consta em revistas tão variadas como *Bulletin Hispanique*, *Jahrbuch für romanische und englische Literatur*, *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie*, *Romania* ou *Revue Hispanique* (inter alia, *Eine Berliner Romanistin in Portugal...*). Entre nós, despontam os estudos divulgados pelas *Revista Lusitana* e *Revista da Universidade de Coimbra*. Ressalta o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

seu papel na *Lusitânia: Revista de Estudos Portugueses* (1924-27), em que figura como primeira directora. Trata-se de um projecto de renovação marcadamente nacionalista, a que aderiram Agostinho de Campos, Jaime Cortesão, José de Figueiredo ou Ricardo Jorge. A assunção de tal cargo por uma mulher alemã conferia uma certa peculiaridade a este grupo, bem como ao *lusismo* de amplo espectro que este representava (*História da História em Portugal séculos XIX-XX*, vol.I, 1998). A colaboração em obras enciclopédicas, que incide em temas portugueses e ibéricos, demonstra o reconhecimento da sua erudição para além da fronteira pirenaica. Após quase uma década de espera, os verbetes sobre Língua e Literatura portuguesas vieram a lume na sexta edição do *Meyers Grosses Konversations-Lexikon* (vol.XVI, 1907). Além dos convites para a acção feminista em congressos internacionais, Helena Lange e Gertrudes Bäümer pediram a sua colaboração para o 1.º volume do *Handbuch der Frauenbewegung* (Berlim, 1901-1906). Em Setembro de 1902, Duarte Leite adaptou a matéria portuguesa deste manual do movimento feminista para publicação no diário portuense *O Primeiro de Janeiro* (reeditado em 2002). C. M. de V. participou em várias obras colectivas, sempre na condição de colaboradora, nunca de editora. A conexão a uma vasta rede de especialistas, a correspondência trocada com a “douta senhora” e as visitas à casa e à respectiva biblioteca, configurariam por si só um estudo das ciências humanas europeias e mereceriam uma reflexão sobre a construção do conhecimento científico em comunidade. Entre os historiadores portugueses, conta-se os nomes do próprio Joaquim de Vasconcelos, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Teófilo Braga. A enunciação de nomes que constam da sua correspondência poliglota ocuparia uma página (*inter alia*, *Carolina Michaëlis: Lista...*, 1912, pp.29-49; espólio de Oliveira Martins na Biblioteca Nacional de Lisboa; espólio Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra). A troca de materiais, notícias sobre documentação, críticas, entre a erudita e outros investigadores foi permanente e as referências à busca de documentação constituem um *topos* recorrente. Era possível que uma indagação junto dela tivesse resposta sob a forma de estudo aturado, exemplo de uma dúvida de Gomez Ocerin acerca de um *Intermezzo* musical que originou *A Saudade Portuguesa* (1914). As cartas dirigidas a C. M. de V. e saídas de seu punho tinham por assunto habitual o rebuscar de arquivos locais (como a pesquisa na Holanda, para *Uriel da Costa*, 1922). Ao longo da vida construiu uma história da literatura, abrangendo todos os períodos temporais, desde a medievalidade aos autores coevos. Os biógrafos salientam um certo refrear das publicações coincidente com o nascimento do primeiro e único filho do casal em 1877, mas entre Maio e Setembro desse ano a jovem filóloga realizou a primeira incursão no manuscrito depositado na Biblioteca da Ajuda. Tirou inteiramente proveito do convite do bibliotecário, Alexandre Herculano, que se retirava para os últimos meses em Vale de Lobos, deixando vaga a sua habitação contígua. A Europa teve de esperar até 1904, contava a autora 53 anos, para a publicação desta obra colossal e representativa da sua acção constante como crítica, diplomata, linguista e historiadora da literatura e da língua, deixando também o seu contributo na toponímica, genealogia, e biografias de personagens históricos (*Cancioneiro da Ajuda...*, 2 vols., 1904) No entanto, dificilmente se pode considerar C. M. de V. uma historiadora *strictu sensu*, razão da ausência de monografias a este respeito. Na escolha das temáticas recai uma parte fundamental do seu olhar como cientista social, e apenas por ela podemos afirmar que a sua narrativa historiográfica laica e racionalista se enquadra numa tradição liberal sofisticada pelo idealismo. A constante ideia de nação não se conecta a reis



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ou dinastias, sequer a uma ideia de vontade ou de razão – a nação torna-se uma essência e manifesta-se no povo, pela Língua. O seu modo de valorar personalidades, acções e movimentos da história ou da actualidade está no pressuposto da sua posição relativa ao saber – conhecimentos científicos, erudição, reflexão, interesse, sempre enformando por uma tolerância cultural e religiosa. Neste aspeto, a vida e a obra caminharam de mãos dadas. O seu *lusismo* é idealista, mas C. M. de V. revela-se progressista e pragmática na sua relação com a Língua e na representação da vida pública – desde 1903 defendeu a simplificação proposta Gonçalves Viana, que usou desde logo, e participou na comissão de reforma ortográfica de 1911. Também o seu *feminismo* se enquadrou num progressismo politicamente conservador, em que instrução e propriedade, maternidade e vida familiar, a desligam da fração mais inflamada do movimento (sufragismo, socialismo e amor livre). A sua ideia de história não é teorizada, antes decorre da intensa actividade em anos de estudo, em contato direto com a documentação e os arquivos. Este empirismo concatena-se ao método de trabalho trazido da Alemanha, a partir dos estudos em filologia, com uma importante dimensão histórica, a crítica aos documentos baseada na cuidada transcrição paleográfica e no estudo diplomático. Racionalismo, e em particular positivismo, são porventura o primeiro nexos a estabelecer. Por via de um método rigoroso seria possível desocultar a verdade, que deveria ser inteiramente desvelada nos seus contornos – uma verdade científica, que pudesse ser criticada e actualizada por uma comunidade pericial. Entre nós, os seus companheiros de labuta foram Teófilo Braga, principal divulgador do positivismo linguístico, e Adolfo Coelho. C. M. de V. esteve mais próxima deste e de Fidelino Figueiredo, enquanto metódico e rigoroso divulgador de *A crítica literária como ciência* (1912). O cânone científico positivista instalou-se no seu labor filológico nomeadamente pela operação de categorizar, pela cesura operada em grupos tornados homogéneos à luz de uma taxonomia regrada, em que a *separação* de essências parece ser inevitável. Deste modo, encontramos o problema da *autoria*, trazido a lume tanto em obras extensas como em notas minuciosas. A ideia de que só uma pessoa poderia ser responsável por escrever determinada peça literária tornava-se, nos finais do século XIX, perfeitamente lúdico. Desde o que é considerado o primeiro estudo científico de literatura escrito em solo português (*Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, 1885), C. M. de V. atribui-se a tarefa de discernir autorias e fixar datas. Procurou a verdade pelo aniquilamento dos erros grosseiros, eliminando do repertório camoniano peças escritas antes do nascimento do autor, e enfrentando perfeitos mistérios, como o anagrama *Crisfal* - écloge de Cristóvão Falcão? O mesmo movimento levou-a a descobrir e enfrentar problemas de homonímia usuais na literatura peninsular. Caso de duas pessoas diferentes, como o regente D. Pedro, duque de Coimbra, confundido com o seu próprio filho, este sim verdadeiro autor da *Tragédia de la insigne reina Doña Isabel* (*Uma obra inédita do Condestável D. Pedro de Portugal*, 1899), ou caso de um só indivíduo, exemplo de Gil Vicente afinal dramaturgo e ourives (*Notas Vicentinas*, vol.II, 1918) são igualmente deslindados com recurso à metodologia de crítica literária. A verdade remete para a própria alma ou *psyque*, por sua vez remissa a um ser colectivo. A autoria transforma-se na pergunta de ser ou não uma produção nacional, ser ou não uma expressão originalmente portuguesa. Não apenas porque muitos autores portugueses escreveram em outras línguas ibéricas, mormente o castelhano, mas também tendo em conta o estilo literário (usualmente importado e adaptado) e as temáticas de cariz exclusivamente nacional, terminando o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

seu inquérito no próprio acto de escrever – afinal a gramática como último reduto da cosmovisão portuguesa. Este é um eixo de leitura do manuscrito da Ajuda, herança nacional do século XIII-XIV, onde a possibilidade de haver um escrivão espanhol por detrás desses fólhos seculares foi perdendo peso a favor da prova de escrita a várias mãos, suportada pelos resultados de observação comparativa da ortografia enquanto representação da fala. Avançou com hipóteses de evolução semântica dentro de um quadro comparativo das Línguas ibéricas. A própria edição da obra surge como argumentação lógica, esgrimida, letra a letra, fonema a fonema, palavra por palavra, até ser peremptória: “Não hesito em considerar a escrita do Códice da Ajuda como a primitiva portuguesa” (*Cancioneiro da Ajuda*, vol.I, p.XIV, n.r. 5). O seu *lusismo* desvela-se nesta historiografia da palavra, baseada na ideia da expressão de uma *psyque* portuguesa, modo de dizer alma nacional – algo similar ao que Teixeira de Pascoais tentou realizar pela filosofia com o saudosismo – e que se repetiu em muitos dos seus estudos, desde a produção nacional do *Palmeirim de Inglaterra* ao mosaico narrativo dos amores de Inês de Castro e D. Pedro n’ *Saudade Portuguesa*. Inicialmente publicados em artigos separados, os estudos que compõem *A infanta D. Maria de Portugal e as suas damas, 1521-1577* surgiram em volume em 1902. A sociedade onde o poeta Luís de Camões se movimenta foi mote para “analisar a *pysque* portuguesa nas suas exteriorizações femininas, traçar o perfil, contar a vida de damas ilustres” (*A infanta D. Maria...*, 1902, p.1). Nesta narrativa científica, o olhar de género pode ser entendido em três grandes desdobramentos. Permitiu suscitar uma maior veracidade do relato historiográfico e uma maior aproximação à verdade, uma vez que o ressaltar das personagens mulheres traz para primeiro plano uma série de relações interpessoais, que de outro modo não chegariam a ser contempladas, como a ligação D. Maria a Camões ou a prática dos serões reais literários. Solidificou também uma defesa da individuação, que envidou uma narrativa da personalidade, “Nota-se com desprazer a tendência de tudo uniformizar, levantando-as todas até altura tal que não é possível distinguir funções individuais” (*ibidem*, p.2). Finalmente, permitiu incorporar uma noção cada vez mais sofisticada e verosímil de *psyque* portuguesa. Procurava-se categorizar essa alma nacional por meio das suas complexas manifestações, e a diferenciação feminina seria uma extensão a não descurar. Na falta de documentação escrita, haveria que atentar nas mulheres que sobrevieram à história, “só à luz de acontecimentos, mais ou menos documentados e através dos temperamentos alheios é que conseguimos distinguir a sua índole” (*Ibidem*, pp.1-2). A tensão *feminista* levou a “douta senhora” e a intelectualidade da época a um debate que C. M. de V. travou esgrimindo a erudição, por exemplo com Oliveira Martins. A propósito da vacuidade do ensino feminino, em que finalmente ambos estão de acordo, não deixou passar de ânimo leve que “Um dos políticos mais proeminentes da época, o historiador Oliveira Martins, por várias vezes descreveu (...) o tipo grotesco da mulher ‘emancipada’, virago de cabelo curto e óculos, vestido pardo e sólidas botifarras, sobraçando rimas de livros. A seus olhos, a missão suprema, o verdadeiro papel da mulher (...) resume-se, primeiro que tudo, em ser bela e ‘enfeitar com as rosas do amor e da ternura a vida do homem’; depois em fazer e pontear peúgas” (*O Movimento Feminista*, 2002, p.34). Segundo a *Correspondência de J. P. Oliveira Martins* (1926, p.163), mais uma vez, o autor de *Os Filhos de D. João I* concedeu a devida importância a determinadas figuras femininas, embora não participasse no mesmo esforço de devolver as personagens mais sombrias à história sob pretexto de uma economia da narrativa: “Se não retratei a *dame Isabeau*, não



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

foi por ser mulher, foi apenas por não ter um só elemento para o fazer. Dessa injustiça não pode V. Ex.^a acusar-me, porque reconhece o papel que dei à influência da rainha D. Filipa na educação moral dos ‘íncultos infantes’. D. Isabel, para cujo retrato biográfico, repito, não possuía elementos alguns, afora o que se encontra nas cronologias portuguesas que é nada, não representou papel importante na história nacional, embora o tivesse tido e muito nobre na de Borgonha. Pelo mesmo motivo me limitei a aludir só de passagem a Carlos o Temerário, deixando com efeito de falar de Maximiliano”. O método de trabalho que no seu território de origem era aprendido de berço e reforçado na escola, parecia inteiramente faltar no país de adopção. Deixou-nos um retrato comparativo nos artigos publicados acerca da Cartilha Maternal (*A Cartilha Portuguesa...* 1976), exemplo dos seus procedimentos enquanto *comparatista*. Em todo e qualquer estudo assinado por C. M. de V., e sobre qualquer que seja o suporte documental, verifica-se sempre o cruzamento entre as dimensões vertical e horizontal – por exemplo, elucidar as circunstâncias anteriores à realização do documento e estabelecer uma comparação entre os documentos coevos, tornando relevantes caso a caso e no seu conjunto as características distintivas. Tomados em conjunto formam uma metodologia, dentro da grande escola positivista encabeçada por Leopold Von Ranke. Destaca-se ainda a *prática* de publicação parcial dos trabalhos em curso, que disponibilizados à comunidade científica podiam desde logo ser sujeitos a crítica. As revistas periódicas e a prática da correspondência são parte integrante deste sistema que nos finais do século XIX e inícios do século XX permitia a livre circulação de ideias e de livros. A própria realizava constantemente este exercício de crítica de trabalhos alheios. É assim que encontramos, em vida da autora, a publicação e reedição de obras, muitas vezes para se retratar de conclusões parciais publicadas por si. Um bom exemplo desse constante reflexo encontra-se nas críticas ao seu trabalho anterior, expostas no conjunto de “Estudos sobre o romanceiro peninsular” publicado de 1907 a 1909 na *Cultura Española (Romances Velhos em Portugal, 1934)*. O seu credo de educação protestante, substancialmente dominado pelo racionalismo levou a que em 1876 afirmasse, “o que fazemos é unicamente demonstrar que a ciência, a qual constituímos juiz de todas as suas ideias, não pode nem deve construir ... sem base absolutamente segura; não pode nem deve atender às intenções, ainda as mais filantrópicas, quando elas comprometem os seus princípios” (*A Cartilha Portuguesa...*, 1976, p.80). Não deixou testemunhos sobre a sua fé, senão que foi depurada até uma “religiosidade natural” expressa na escrita de *Uriel da Costa* (1922) . O mesmo espírito que esteve presente em tantas obras não deixou de marcar as sociedades culturais do seu tempo. Em 1877 tinha sido designada *sócia honorária* do Instituto de Línguas Vivas de Berlim. A Universidade de Friburgo foi a primeira a reconhecer-lhe o título de *doutora honoris causa*, replicado pela Universidade de Coimbra, em Filologia Românica e Germânica, e em 1923, pela Universidade de Hamburgo. Apesar da grande dedicação pela Rainha D. Amélia, correspondida com uma grande admiração, a monarquia portuguesa apenas depois de 1901 lhe concedeu a Ordem de São Tiago. Foi sobretudo agraciada pelos intelectuais republicanos, com a nomeação para a cadeira de Filologia Germânica a ocupar no Curso Superior de Letras, e logo com a aclamação na Universidade de Coimbra, desde o primeiro ano em que integrou o corpo docente (M.^a Manuela Dellile, *Carolina Michaëlis de Vasconcelos...*, 1985) – estranha ironia, como vinda da “metrópole da inteligência” (*Lições...* 1956, p.6) C. M. de V. acabou por ser distinguida pela sua inteligência, erudição e obra feita num país onde para as



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mulheres “o saber é havido por coisa inútil e perigosa” (*Movimento...*, 2002, p.32). Em 1911, a Academia de Ciências de Lisboa honrou-a com o título de sócia da distinta academia, após um pleito travado sob argumento de se tratar de uma mulher. Publicou-se um número do *Boletim de Segunda Classe*, com vários testemunhos de homenagem prestados pelos seus amigos, amigas e pares. Aceitou ser presidenta honorária do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, fundado em 1914, apesar de não ter praticamente acompanhado os seus trabalhos mais activos, reunidos em Lisboa. Após a sua morte, sucederam-se homenagens, a primeira pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1926), seguida do evento organizado pela Universidade de Coimbra (1930-1933), que reuniu um extenso número de colaboradores de toda a Europa que vieram render homenagem àquela que foi considerada a “mulher mais sábia do seu tempo”, na expressão do seu mestre camonista W. Storck. Seguiram-se outras homenagens: o batismo do liceu portuense com o nome da sua emérita habitante, actual Escola Secundária Carolina Michaëlis, a publicação de edições *facsimile* a partir dos anos 1980 a esta parte, a nomeação de ruas um pouco por todo o país, e recentemente a escolha de uma estação do metropolitano do Porto.

Bibliografia activa: *A Cartilha Portuguesa e em especial a do Snr. João de Deus*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1976 (Separata da *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano X) (1.ª ed. 1877); *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, Halle, Max Niemeyer, 1885; “Uma obra inédita do Condestável D. Pedro de Portugal”, *Homenaje a Menéndez y Pelayo: Estudios de erudición española*, vol.I, Madrid, 1899, pp.637-732; *A infanta D. Maria de Portugal e as suas Damas, 1521-1577*, Porto, Artur de Sousa, 1902; *O movimento feminista em Portugal*, Luís Carlos Patraquim (Org, pref., notas), Paio Pires, Fradique, 2002 (1.ª ed. 1902); *Cancioneiro da Ajuda: Edição Crítica e comentada*, 2 vols., Halle, Max Niemeyer, 1904; *Romances Velhos em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934 (1.ª ed. 1907-1909); *Notas Vicentinas: Preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente*, 3 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912-1922; *Uriel da Costa: Notas relativas à sua vida e obras*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922; *Lições de Filologia portuguesa: Segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13 – seguidas das – Lições práticas de Português arcaico*, Lisboa, Revista de Portugal, 1946; *A saudade portuguesa: Divagações filológicas e literário-históricas em volta de Inês de Castro e do cantar velho saudade minha - quando te veria?*, 2.ª ed. revista e acrescentada, Rio de Janeiro, Tipografia do Anuário do Brasil, 1922.

Bibliografia passiva: Teresa Leitão de Barros, *Escritoras de Portugal*, vol.II, Lisboa, Tipografia de António B. Nunes, 1924; Albin Eduard Beau, *D. Carolina Michaëlis: Conferência lida em 7 de Dezembro de 1956 para inaugurar uma exposição comemorativa*, Lisboa, Publicações do Instituto Alemão (n.º 2), 1958; Mercedes Brea (Coord.ª), *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda, hoje, Santiago de Compostela*, Centro Ramón Pinheiro, 2005 (disponível [aqui](#), e consultado pela última vez em 30 de Novembro de 2010); Winfried Busse, *Eine Berliner Romanistin in Portugal: Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925)*, documento electrónico disponível [aqui](#), e consultado pela última vez em 30 de Novembro de 2010; Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, *Dra. Carolina Michaëlis de Vasconcelos: Homenagem do*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1926; M^a Manuela Gouveia Delille, *Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) – Uma alemã, mulher e erudita, em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985 (Separata de *Biblios*, vol.LXI); Mendes dos Remédios, *D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos: Conferência lida pelo autor na Sessão solene realizada no Salão Nobre da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 15 de Maio de 1926*, Coimbra, Coimbra Editora, 1926 (Separata de *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol.II, n.º 5, Maio de 1926); Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal séculos XIX-XX*, vol.I, Lisboa, Temas e Debates, 1998; Universidade de Coimbra, *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930-1933; J. Leite de Vasconcelos, *Carolina Michaëlis: Lista dos seus trabalhos literários acompanhada de um preâmbulo e de um apêndice*, Lisboa, Imprensa Nacional (Separata do *Boletim da Segunda Classe: Academia das Ciências de Lisboa*, vol.V).

Ana Luísa Paz



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA